



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº 63744/2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO no exercício das atribuições previstas nos artigos 127 e 129, II, da Constituição Federal; 27, parágrafo 6º, inciso XX, 8º, inciso VII e 84, inciso V, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.93,

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Título I, trata dos Princípios Fundamentais e dentre eles estão, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a prevalência dos direitos humanos, a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação;

Considerando que o Ministério Público do Trabalho é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme artigo 127 da Constituição Federal;

Considerando que o art. 5º da Constituição Federal assegura a todos a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, bem como a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

Considerando o disposto no art. 8º, III, da Constituição da República que estabelece incumbir ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Considerando o estabelecido pelo art. 8º, VI, no sentido de que é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

Considerando o disposto na Convenção 98 da OIT, ratificada pelo Brasil e, portanto, detentora de *status* de norma constitucional (art. 5º, § 2º, da Carta da República de 1988), que trata do princípio da liberdade sindical;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Considerando o pedido de mediação feito pelo sindicato profissional, nº 1332.2012.09.000-4, convertido em procedimento preparatório de inquérito civil, sob a mesma numeração;

Considerando o teor da ata de audiência de fls. do PP 1332.2012.09.000-4 em que a requerida afirmou que a partir de 10.06.12, caberá a ela exclusivamente a gestão de sua política remuneratória e de benefícios;

Considerando que a determinação de retorno dos trabalhadores dirigentes sindicais e que estavam liberados por força do acordo coletivo que expirou pode afetar seriamente a eficácia das atividades sindicais, em prejuízo a toda uma categoria;

Considerando a legitimidade do pleito formulado pelo sindicato profissional à fl. , relativamente à liberação dos dirigentes sindicais;

Considerando, ainda, como parâmetro, a decisão proferida nos autos do processo TRT-PR-00351-2008-562-09-00-4 (RO).

Considerando que a requerida concordou por muitos anos: de 1987 a 2003, com a liberação de 2 (dois) dirigentes sindicais; de 2003 a 2010, com a liberação de 3 (três) dirigentes sindicais; e de 2010 a 2012, com a liberação de 4 (quatro) dirigentes sindicais – com os afastamentos remunerados, criando-se normas mais favoráveis aos contratos de trabalho;

Considerando que a incorporação tácita aos respectivos contratos de trabalho não podem ser alteradas unilateralmente pela empresa, sob pena de violação ao disposto no art. 468 da CLT;

Considerando a necessidade e importância do constante e fiel cumprimento do disposto na legislação trabalhista, de cunho constitucional e infra-constitucional;

**RESOLVE** expedir a presente **NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA**, a ser observada pela empresa **CELEPAR – Companhia de Informática do Paraná, CNPJ 76.545.011/0001-19**, nos seguintes termos:

A manutenção do licenciamento remunerado dos dirigentes sindicais liberados, conforme disposto na cláusula 44ª do ACT – vigência 2011-2012 até disposição em contrário em novo acordo coletivo de trabalho ou em dissídio coletivo.

O cumprimento da presente Recomendação deverá ser comprovado nos autos do Procedimento Investigatório, podendo o Ministério Público do Trabalho adotar medidas administrativas ou judiciais tendentes à sua efetivação, em caso de necessidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Cópia desta notificação recomendatória será encaminhada ao Sindicato dos  
Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado do Paraná - SINDPD - PR.

Curitiba, 22 de junho de 2012.

Assinatura manuscrita de Eliane Lucina.

**ELIANE LUCINA**  
**Procuradora do Trabalho**